

PROJETO
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE
DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

Subprojeto II
Dados Estratégicos para a Educação Profissional:
Oferta, Demanda e Disseminação de Informações

Produto 1.1

Desenvolvimento e elaboração de Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Convênio 524/2008 Secretaria da Educação / SUPROF – DIEESE

2012


DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Governo do estado da Bahia

Governador

Jaques Wagner

Vice – governador

Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação

Osvaldo Barreto Filho

Subsecretário

Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete

Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional

Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes

Cristina Kawalkievicz

Maria da Gloria Vieira Lima Franco e Passos

Maria Renilda Daltro Moura

Marlene Virgens Pimentel

Martha Maria Rocha Ramos dos Santos

Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP 41.745-000

Tel.: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional – SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - suprof@secba.gov.br

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@diesse.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Direção Sindical Executiva**Zenaide Honório – Presidenta**

Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Antônio de Sousa – Secretário

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Edson Antônio dos Anjos – Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Neiva Maria Ribeiro dos Santos - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de São Paulo

Luís Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Maria das Graças de Oliveira - Diretor Executivo

Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Escritório Regional - BA

Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010

Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Direção Sindical**Mauricio Jansen Klajman – Coordenador**

ST no Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia

Elder Fontes Perez – Secretário

Sindicato dos Bancários da Bahia

Antonio Claudio dos Santos Silva – Diretor

Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia

Edmilson Rosa de Almeida – Diretor

FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia

Grigório Mauricio dos Santos Rocha – Diretor

ST em Água e Esgoto da Bahia

Natan Batista dos Santos – Diretor

STI Metalúrgicos do Estado da Bahia

Paulo Roberto Silva dos Santos – Diretor

STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Supervisão técnica

Ana Georgina Dias

Ficha Técnica do Convênio SEC/SUPROF/DIEESE**Coordenação**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Ana Georgina da Silva Dias – Supervisora Técnica do ER/Bahia

Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Lavínia Maria de Moura Ferreira – Coordenadora do Projeto e do Subprojeto III

Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora do Subprojeto I

Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador do Subprojeto II

Financiamento

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

Apresentação	6
I. Introdução	7
II. Elaboração de Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais	8
1. Seleção dos Temas	8
2. Principais Bases de Dados Utilizadas	10
3. Conceitos Gerais dos Principais Indicadores e Variáveis Calculados, e Plano Tabular	12
4. Forma de Obtenção dos Dados	36
5. Ferramenta Estatística Utilizada e Consistência das Informações	37
6. Elaboração de Fichas de Qualificação dos Indicadores e Cadastro de Variáveis e Fontes	38
7. Forma de Apresentação do Banco de Dados	40
III. Considerações Finais	43

Apresentação

O presente relatório integra o Projeto de Desenvolvimento Metodológico, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, mais especificamente é parte do Subprojeto II “Dados Estratégicos para a Educação Profissional: Oferta, Demanda e Disseminação de Informações”, executado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a partir do convênio 054/2008, firmado com a Superintendência de Educação Profissional da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SUPROF.

O objetivo do relatório é descrever as etapas de desenvolvimento do Banco de Dados Municipais e Territoriais, que por meio do site de Georreferenciamento dos Equipamentos Estaduais de Educação Profissional possibilitará aos gestores o acesso a um conjunto de informações compiladas para 10 temas com recorte para os municípios e Territórios de Identidade baianos, conforme conceito e grupamentos geográficos de Território de Identidade definidos pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Os dados estão disponibilizados no portal <http://geo.dieese.org.br/suprof/>, permitindo aos gestores a análise quantitativa e reflexão mais aprofundada dos diferentes temas que envolvem o debate sobre desenvolvimento social, econômico e ambiental do estado da Bahia.

Além desta apresentação, o relatório está organizado de forma a apresentar o percurso de desenvolvimento do produto, descrever sinteticamente na introdução seu objetivo e contexto no qual emerge, a seleção de temas de interesse, os conceitos adotados, definição do plano tabular com os indicadores disponibilizados, as bases de dados utilizadas, tratamento estatístico e forma de acesso.

I. Introdução

No desenvolvimento das etapas do “*Projeto de Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia*” identificou-se a necessidade da construção de um Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais com o objetivo de, ao mesmo tempo em que subsidiasse a elaboração dos demais produtos do Projeto, também fosse parte constitutiva dos mesmos, configurando elemento indispensável para o cumprimento dos objetivos analíticos propostos inicialmente.

De posse dos indicadores sintéticos calculados para o conjunto dos Territórios de Identidade, permitindo, assim, a análise das diferenças e desigualdades entre Territórios de Identidade, a principal questão passou a ser o desafio dos atores sociais dos Territórios em conhecer a realidade quantitativa destas mesmas diferenças e desigualdades no interior dos Territórios (municípios) e vivenciadas por eles. Essa necessidade foi por diversas vezes expressa por atores e gestores nos eventos de disseminação dos indicadores e nas oficinas de trabalho realizadas. Além disso, a emergência recorrente da busca pela compreensão das dimensões relacionadas com a temática da Educação e Trabalho foi outro elemento importante para a ampliação dos temas e seus indicadores no âmbito do debate do desenvolvimento territorial.

Com o objetivo de atender a essas expectativas, constituiu-se um Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais com mais de 230 indicadores/variáveis, acompanhados de fichas de qualificação e cadastro de variáveis e fontes, e apresentados de forma sintética para os Territórios, bem como para os municípios que os compõem, tornando-se subsídio importante para a análise das heterogeneidades intraterritoriais, contribuindo na formulação de diagnósticos para as políticas públicas.

II. Elaboração de Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais

As etapas de elaboração do Banco de Indicadores Municipais e Territoriais são descritas nesta seção.

1. Seleção dos temas

Os indicadores, calculados a partir das estatísticas mais recentemente disponibilizadas por diversos órgãos produtores de informações (IBGE, PNUD, MPS, STN, MDS, INEP, MEC etc.), estão distribuídos em 10 temas. As temáticas adotadas foram selecionadas com base na síntese da leitura de vasta documentação oficial da Superintendência de Educação Profissional – SUPROF, na qual é possível identificar o alcance do tema da Educação Profissional integrado a várias dimensões do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Foi importante para a seleção dos temas a realização das oficinas de diálogo social e a disseminação das publicações e indicadores, reforçada no interesse dos atores sociais na apreensão de realidades específicas, com descritores dos problemas retratados quantitativamente, sobre temas relacionados com a Educação Profissional.

Compreender a realidade do Território de Identidade nas diferentes perspectivas temáticas transversais à Educação Profissional nas quais se inserem os sujeitos das políticas públicas foi, portanto, a diretriz da formulação do Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais.

Os temas selecionados são relacionados a seguir:

Demográficos – tem como principais indicadores a população residente, crescimento populacional, densidade demográfica, razão de dependência. Destaca-se entre os indicadores demográficos o quantitativo da população jovem de 16 a 29 anos, público majoritário da política pública de Educação Profissional do estado da Bahia;

Atividade econômica – contém PIB, PIB *per capita*, valor adicionado em cada setor de atividade, entre outros indicadores. Revela a estrutura produtiva do município e Território de Identidade;

Socioeconômicos – disponibiliza o IDH-M, índice de Gini, índice de desenvolvimento econômico, índice de desenvolvimento social e outros indicadores pertinentes. Refere-se a aspectos das privações básicas, quantificando a proporção de pobres e indigentes por município e Território de Identidade, população prioritária das políticas públicas de inclusão social;

Educação – apresenta a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, número de matrículas em educação profissional em cada tipo de oferta e em cada dependência administrativa. Retrata o acesso à Educação Básica, e a oferta de educação profissional nos Territórios de Identidade;

Trabalho e Renda – entre outros indicadores, apresenta o número de vínculos no emprego formal e remuneração média, taxa de desemprego dos jovens, formalização do assalariamento. Mensura o grau de inserção dos jovens no mercado de trabalho formal e nível do seu rendimento médio, as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho (taxas de desemprego) e informalidade dos jovens de diferentes faixas etárias (16 e 17, 18 a 24, e 25 a 29 anos de idade);

Saúde – contém a taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil, proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer e outros indicadores relevantes para relacionar com o estado nutricional da população e nível de violência, que frequentemente afeta a população pobre e negra.

Ambiental – apresenta a área territorial (em km²), percentual de pessoas com acesso a abastecimento de água, bioma de cada município e outros indicadores. Essa dimensão é imprescindível no debate de modelo de desenvolvimento territorial. Nesse tema optou-se por incorporar aspectos relacionados com o meio ambiente, mas, que comumente são classificados como socioeconômicos: acesso a redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de coleta de lixo.

Estrutura Agrária: relaciona indicadores de participação dos estabelecimentos da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários, nível de ocupação e produção da agricultura familiar, distribuição dos estabelecimentos agropecuários segundo o nível de instrução do dirigente, distribuição dos estabelecimentos agropecuários de acordo com a regularidade que recebem orientação técnica, entre outros. Evidencia a importância da agricultura familiar no estado da Bahia;

Programas Sociais – traz o valor total pago pelo programa bolsa família e o número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em meio a diversos outros indicadores relacionados. Objetiva retratar o grau de cobertura das políticas públicas redistributivas de renda;

Finanças Públicas – apresenta dados de valor do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, Receita Orçamentária, Despesas com Educação Básica e na subfunção Educação Profissional, e diversos outros indicadores relevantes. Evidencia o nível de despesa com educação nas diferentes esferas de governo, capacidade de tributação do município e montante de transferências do Governo Federal.

2. Principais bases de dados utilizadas

2.1. Censo Demográfico - IBGE

Constitui-se de um levantamento estatístico decenal realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo possível a obtenção do contingente demográfico, o ritmo de crescimento da população, o número de habitantes por quilômetro quadrado, o percentual da população residente em área urbana, dentre outras.

2.2. DATASUS - Ministério da Saúde

Atua na manutenção das bases nacionais do Sistema de Informações de Saúde, do banco de dados do Sistema Único de Saúde.

2.3. Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD/ONU

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é um banco de dados eletrônico com o objetivo de aumentar a capacidade de análise sobre informações socioeconômicas relevantes dos municípios brasileiros e das Unidades da Federação. Baseado nos microdados dos censos de 1991 e de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), este sistema disponibiliza informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e 124 outros indicadores georreferenciados de população, educação, habitação, longevidade, renda, desigualdade social e características físicas do território.

2.4. Dados Contábeis dos Municípios – Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

O Sistema tem por objetivo coletar dados contábeis dos entes da Federação – Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo a apresentar as informações necessárias à transparência dos recursos públicos.

2.5. Censo Escolar (Censo da Educação Básica) – Inep/MEC

Trata-se de uma pesquisa declaratória de abrangência nacional, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que levanta informações estatísticas sobre os estabelecimentos escolares públicos e privados da educação básica.

2.6. PORTALBio – Ministério do Meio Ambiente

O portal brasileiro sobre Biodiversidade – PORTALBio é um mecanismo de incentivo à produção, sistematização, disseminação, troca de informações e à transferência de tecnologias importantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, e repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados.

2.7. Relação Anual de Informações Sociais (Rais) - MTE

Registro Administrativo, do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade anual, criado com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento

imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.

2.8. Censo Agropecuário - IBGE

Investiga os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas, com informações detalhadas sobre as características do produtor e do estabelecimento, bem como sobre a economia e o emprego no meio rural, no que diz respeito à agricultura, pecuária e agroindústria.

2.9. PIB dos Municípios - IBGE

Trata-se de estimativas comparáveis entre si com dados do valor adicionado dos setores de atividade econômica, além do cálculo do produto interno bruto dos municípios do país.

2.10. Estatísticas municipais da Previdência Social – INSS

Banco de dados organizado pela Previdência Social contendo informações municipais sobre arrecadação e benefícios emitidos pelo Instituto Nacional da Previdência Social – INSS.

2.11. Portal da Transparência (CGU) e CadÚnico (MDS)

Registros públicos da Controladoria Geral da União e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com dados sobre recursos repassados e famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

3. Conceitos¹ Gerais dos Principais Indicadores/Variáveis Calculados, e Plano Tabular

Esta seção descreve os conceitos gerais dos principais indicadores e variáveis calculados, bem como apresenta o quadro com o Plano Tabular dos indicadores constantes do Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais.

¹ Os conceitos apresentados foram extraídos das fontes produtoras das informações estatísticas do banco de dados.

3.1. Demográficos

3.1.1. População total

Compreende o número total de pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado, expressando a magnitude do contingente demográfico e sua distribuição relativa. Dentre as suas utilidades destaca-se a sua contribuição para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos grupos etários.

3.1.2. Taxa de crescimento da população

Calculada com base numa taxa média geométrica de crescimento da população entre 2000 e 2010, refere-se ao incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. Indica o ritmo de crescimento populacional, que é influenciada pela dinâmica de natalidade, de mortalidades e migrações populacionais. É um indicador muito útil para dimensionamento dos equipamentos públicos ofertados à população.

3.1.3. Razão de dependência

É a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A definição das faixas etárias pode variar conforme a finalidade: demográfico (0 a 14 anos e 65 anos ou mais) ou saúde (0 a 14 anos e 60 anos ou mais).

3.1.4. Densidade demográfica

É uma medida de distribuição espacial da população, representando o número de habitantes por quilômetro quadrado. Tem como finalidade contribuir para o planejamento urbano e para as políticas públicas de ocupação do território, informando sobre a pressão populacional e as necessidades de infraestrutura.

3.1.5. Grau de urbanização

Percentual da população residente em áreas urbanas, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão política-administrativa estabelecida pela legislação municipal.

PLANO TABULAR

QUADRO 1

Relação de indicadores/variáveis do tema “Demográficos”

-Área territorial
- População total
- População de jovens de 16 a 29 anos de idade
- População de jovens de 16 e 17 anos de idade
- População de jovens de 18 a 24 anos de idade
- População de jovens de 25 a 29 anos de idade
- Densidade demográfica
- Grau de urbanização
- Taxa de crescimento populacional
- Razão de dependência total
- Razão de dependência (zero a 14 anos)
- Razão de dependência (65 anos ou mais)

3.2. Atividade econômica

3.2.1. PIB municipal

O PIB representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independentemente do destino dessa renda. O conceito de PIB também descarta a entrada de verbas do exterior. A estimativa mensura os fluxos de produção e consumo dentro das fronteiras da região ou país. Mede a atividade econômica do município.

3.2.2. Produto Interno Bruto (PIB) per capita

Valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a produção do conjunto dos setores da economia por habitante.

3.2.3. Percentual do PIB municipal em relação ao estado

Percentual do PIB do estado que é composto pelo PIB municipal. Expressa a representatividade do PIB municipal em relação ao estado, permitindo analisar os diferenciais de estrutura setorial e capacidade econômica.

3.2.4. Valor adicionado

Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

PLANO TABULAR

QUADRO 2

Relação de indicadores/variáveis do tema “Atividade Econômica”

- Produto Interno Bruto (a preços correntes)
- Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
- Percentual do PIB municipal em relação ao PIB total do estado
- Participação percentual do Valor Adicionado da agropecuária no Valor Adicionado total
- Participação percentual do Valor Adicionado da indústria no Valor Adicionado total
- Participação percentual do Valor Adicionado dos serviços no Valor Adicionado total
- Participação percentual do Valor Adicionado da administração pública no Valor Adicionado total

3.3. Socioeconômicos

3.3.1. IDH - municipal

(Índice de Desenvolvimento Humano municipal)

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

3.3.2. IDH – Municipal: escolaridade

Sub-índice do IDH relativo à Educação. Obtido a partir medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior. Assim como o IDH-M, varia de 0 a 1.

3.3.3. IDH – Municipal: longevidade

Sub-índice do IDH relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer. Assim como o IDH-M, varia de 0 a 1. Avalia as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias de uma determinada localidade.

3.3.4. IDH – Municipal: renda

Sub-índice do IDH relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda *per capita* média. Assim como o IDH-M, varia de 0 a 1. Pode-se atribuir a esta dimensão a principal fragilidade do IDH, pois não leva em consideração nenhuma medida de desigualdade da distribuição da riqueza.

3.3.5. Percentual de indigentes

(Pessoas com renda familiar *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo)

Expressa a proporção da população considerada em situação de extrema pobreza, de acordo com a renda domiciliar mensal *per capita*. O indicador serve para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

3.3.6. Percentual de pobres

(Pessoas com renda familiar *per capita* inferior a ½ do salário mínimo)

Proporção da população residente com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

3.3.7. Índice de Gini da renda familiar *per capita*

Medida do grau de concentração de distribuição da renda familiar *per capita*, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

PLANO TABULAR**QUADRO 3****Relação de indicadores/variáveis do tema “Socioeconômicos”**

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal total
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal renda
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal longevidade
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal escolaridade
- Percentual de pessoas com renda familiar <i>per capita</i> inferior a ¼ de salário mínimo
- Percentual de pessoas com renda familiar <i>per capita</i> inferior a ½ de salário mínimo
- Índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda familiar <i>per capita</i>
- Índice de Desenvolvimento Econômico

3.4. Educação

3.4.1. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais

Percentual de pessoas com 15 ou mais anos de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

3.4.2. Média de estudo da população de 25 anos ou mais

Número médio de anos de estudo completos quando considerada apenas a população de 25 anos ou mais. A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo.

3.4.3. Percentual de despesa em educação no total da despesa orçamentária

Percentual de despesa em educação em relação ao total da despesa orçamentária do município no ano. Avalia o nível de investimento municipal em educação.

3.4.4. Matrículas na Educação Infantil

(Creche e pré-escola)

Número total de matrículas nas escolas registradas pelo MEC nas etapas de ensino creche e pré-escola. Expressa quantidade de vagas utilizadas nestas etapas de ensino em instituições de ensino regulares.

3.4.5. Número total de matrículas do Ensino Básico regular

(Segundo os critérios do Inep: Ensino Fundamental e Médio incluindo Ensino Médio Integrado)

Número total de matrículas nas escolas registradas pelo MEC no Ensino Básico regular que inclui as turmas de todos os anos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Expressa quantidade de vagas utilizadas nestas etapas de ensino em instituições de ensino regulares.

3.4.6. Número total de estabelecimentos de ensino

Número de estabelecimentos de ensino registradas no MEC. Expressa a quantidade de instituições de ensino regulares na unidade geográfica de interesse.

3.4.7. Número total de matrículas na Educação Profissional

Número total de matrículas nas escolas registradas pelo MEC na Educação Profissional, que inclui as modalidades de articulação com ensino médio Integrada, Concomitante e Subsequente além de ProEJA - Médio e ProEJA - Fundamental. Expressa quantidade de vagas utilizadas nestas modalidades de ensino em instituições de ensino regulares nas dependências municipal, estadual, federal e privada, nos diferentes eixos tecnológicos.

3.4.8. Curso de Educação Profissional com maior número de matrículas

Curso de Educação Profissional com maior quantidade de matrículas considerando todos os tipos de oferta. Expressa qual o curso de maior importância na oferta da Educação Profissional na região.

PLANO TABULAR**QUADRO 4****Relação de indicadores/variáveis do tema “Educação”**

- Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais
- Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo
- Média de anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade
- Percentual de despesas em educação no total de despesas
- Número total de matrículas em Educação Profissional
- Número de matrículas de Educação Profissional na oferta integrada
- Número de matrículas de Educação Profissional na oferta concomitante
- Número de matrículas de Educação Profissional na oferta subsequente
- Número de matrículas de Educação Profissional na oferta ProEJA Ensino Fundamental
- Número de matrículas de Educação Profissional na oferta ProEJA Ensino Médio
- Número de matrículas de Educação Profissional na rede federal
- Número de matrículas de Educação Profissional na rede estadual

- Número de matrículas de Educação Profissional na rede municipal
- Número de matrículas de Educação Profissional na rede privada
- Número total de escolas em Educação Profissional
- Número de escolas de Educação Profissional na oferta integrada
- Número de escolas de Educação Profissional na oferta concomitante
- Número de escolas de Educação Profissional na oferta subsequente
- Número de escolas de Educação Profissional na oferta ProEJA Ensino Fundamental
- Número de escolas de Educação Profissional na oferta ProEJA Ensino Médio
- Número de escolas de Educação Profissional na rede federal
- Número de matrículas de Educação Profissional na rede estadual
- Número de matrículas de Educação Profissional na rede municipal
- Número de matrículas de Educação Profissional na rede privada
- Percentual de matrículas de Educação Profissional na rede estadual em relação ao total de matrículas de Educação Profissional
- Percentual de matrículas de Educação Profissional na oferta integrada em relação ao total de matrículas de Educação Profissional
- Número de matrículas na educação infantil
- Número de matrículas no ensino fundamental
- Número de matrículas no ensino médio (inclusive oferta integrada)
- Número de matrículas no ensino médio (exclusive oferta integrada)
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico ambiente, saúde e segurança
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico apoio educacional
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico controle e processos industriais
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico gestão e negócios
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico hospitalidade e lazer
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico informação e comunicação

- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo infraestrutura
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico militar
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico produção alimentícia
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico produção cultural e design
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico produção industrial
- Número de matrículas de Educação Profissional no eixo tecnológico recursos naturais
- Curso de Educação Profissional com maior número de matrículas

3.5. Trabalho e renda

3.5.1. Renda média do emprego formal

Define-se com a média da remuneração nominal dos vínculos empregatícios formais na região de abrangência no último mês do ano de referência da pesquisa.

3.5.2. Número de vínculos formais

Expressa o número de vínculos empregatícios com carteira de trabalho assinada, estatutários e militares, do setor público ou privado.

3.5.3. Taxa de desemprego total e dos jovens

Proporção da população economicamente ativa que se encontra desempregada e que tenha tomado alguma iniciativa para obter um trabalho no período de referência da pesquisa. A taxa de desemprego foi calculada para o a população total desempregada e para a população jovem de 16 a 29 anos de idade.

3.5.4. Taxa de assalariamento total e dos jovens

Proporção das ocupações assalariadas (trabalhadores subordinados contratualmente a um empregador, que cumprem uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro ou benefícios) no total de ocupados. A taxa de assalariamento foi calculada para o a população total ocupada e para a população jovem de 16 a 29 anos de idade.

3.5.5. Taxa de assalariamento com carteira de trabalho assinada total e dos jovens

O assalariamento com carteira compreende as ocupações cobertas pelo estatuto contratual nos marcos da CLT, portanto, se refere àqueles trabalhadores com registro em carteira de trabalho e protegidos pela legislação trabalhista. A taxa de assalariamento com carteira de trabalho assinada foi calculada para o a população total empregada e para a população jovem de 16 a 29 anos de idade.

PLANO TABULAR**QUADRO 5****Relação de indicadores/variáveis do tema “Trabalho e Renda”**

- Taxa de desemprego total
- Taxa de desemprego dos jovens de 16 a 29 anos de idade
- Taxa de desemprego dos jovens de 16 e 17 anos de idade
- Taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos de idade
- Taxa de desemprego dos jovens de 25 a 29 anos de idade
- Taxa de assalariamento total
- Taxa de assalariamento dos jovens de 16 a 29 anos de idade
- Taxa de assalariamento dos jovens de 16 e 17 anos de idade
- Taxa de assalariamento dos jovens de 18 a 24 anos de idade
- Taxa de assalariamento dos jovens de 25 a 29 anos de idade
- Proporção de assalariados sem carteira no total de assalariados
- Proporção de jovens de 16 a 29 anos assalariados sem carteira no total de assalariados jovens de 16 a 29 anos de idade
- Proporção de jovens de 16 e 17 anos assalariados sem carteira no total de assalariados jovens de 16 e 17 anos de idade
- Proporção de jovens de 18 a 24 anos assalariados sem carteira no total de assalariados jovens de 18 a 24 anos de idade
- Proporção de jovens de 25 a 29 anos assalariados sem carteira no total de assalariados jovens de 18 a 24 anos de idade
- Renda média do emprego formal
- Número de vínculos do emprego formal

- Percentual de vínculos do emprego formal em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal do total de homens
- Número de vínculos de empregos formais do total de homens
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal do total de mulheres
- Número de vínculos de empregos formais do total de mulheres
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres no comércio

- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal do total de jovens
- Número de vínculos de empregos formais do total de jovens
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de jovens na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal do total de homens jovens
- Número de vínculos de empregos formais do total de homens jovens
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens jovens na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca

- Renda média do emprego formal do total de mulheres jovens
- Número de vínculos de empregos formais do total de mulheres jovens
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de homens e mulheres na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de mulheres jovens na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal do total de técnicos de nível médio
- Número de vínculos de empregos formais do total de técnicos de nível médio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal de técnicos de nível médio jovens
- Número de vínculos de empregos formais do total de técnicos de nível médio jovens

- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de técnicos de nível médio jovens na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca
- Renda média do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo
- Número de vínculos de empregos formais do total de trabalhadores com ensino médio completo
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal do total de trabalhadores com ensino médio completo na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca

- Renda média do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo
- Número de vínculos de empregos formais de trabalhadores jovens com ensino médio completo
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo em extrativa mineral
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo na indústria de transformação
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo em serviços industriais de utilidade pública
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo na construção civil
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo no comércio
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo em serviços
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo na administração pública
- Percentual de vínculos do emprego formal de trabalhadores jovens com ensino médio completo na agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca

3.6. Saúde

3.6.1. Taxa de mortalidade em 100.000 habitantes

(Taxa bruta de mortalidade)

Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa bruta de mortalidade é influenciada pela estrutura da população quanto à idade e ao sexo. Taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total.

3.6.2. Taxa de mortalidade infantil - menores de 1 ano em 1.000 nascidos vivos

Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil.

3.6.3. Taxa de mortalidade por causas externas em 100.000 habitantes

Número de óbitos por causas externas (acidentes e violência), por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte por causas externas e dimensiona a sua magnitude como problema de saúde e segurança públicas. Reflete aspectos culturais e de desenvolvimento socioeconômico, com o concurso de fatores de risco específicos para cada tipo de acidente ou violência.

3.6.4. Percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer

Percentual de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, de mães residentes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Compreende a primeira pesagem do recém-nascido, preferencialmente realizada durante a primeira hora de vida. O baixo peso pode ser decorrente da restrição do crescimento intrauterino ou de uma menor duração da gestação ou, ainda, de uma combinação de ambos. É um preditor da sobrevivência infantil. Quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Proporções elevadas de nascidos vivos com baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil.

3.6.5. Taxa de internação por Doença Diarreica Aguda (DDA) em menores de 5 anos em 1.000 crianças de 0 a 4 anos

Número de internações por Doença Diarreica Aguda em menores de 5 anos em relação a cada 1.000 habitantes desta faixa etária. Exprime o risco de ocorrência de Doença Diarréica Aguda (DDA) em grau que leva a internação. Por ser uma doença infecciosa é

um indicador de condições sanitárias e de informação sobre importância e modo adequado de higiene.

3.6.6. Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos em 1.000 crianças de 0 a 4 anos

Número de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos em relação a cada 1.000 habitantes desta faixa etária. Infecções Respiratórias Agudas incluem diversas doenças que afetam algum ponto das vias respiratórias. Algumas destas doenças são casos graves de doenças que muitas vezes tem tratamento simples se forem tomadas providências na fase inicial. Reflete condições nutricionais e sanitárias, uma vez que estas propiciam imunidade e esta traz maiores chances não só de não pegar tais doenças, mas de se curarem das mesmas ainda na fase inicial.

3.6.7. Percentual da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família

Percentual da população coberta pela Estratégia Saúde da Família. Percentual de pessoas cadastradas pela Estratégia Saúde da Família em determinado município e período. Baseia-se no cadastro da população da área de abrangência de atuação das Equipes de Saúde da Família no Sistema de Informação vigente da Atenção Básica.

3.6.8. Número de leitos de internações

Quantidade de leitos de internação nas unidades de saúde do município. Expressa a capacidade de atendimento de internações no município. Permite avaliar o quanto dependente o município é de outras regiões para atender as necessidades de internação.

3.6.9. Percentual de leitos SUS no total de leitos de internação

Percentual de leitos disponíveis para o SUS em relação ao total de leitos de internação. Avalia o grau de cobertura do SUS em relação à capacidade total de internação do município.

3.6.10. Existência de Unidade Básica de Saúde

Existência de algum dos seguintes tipos de estabelecimentos: Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, Posto de Saúde, Unidade Mista – atendimento 24h: atenção básica,

internação/urgência, Unidade Móvel Fluvial, Unidade Móvel Terrestre e Unidade de Atenção à Saúde Indígena.

3.6.11. Existência de hospitais

Existência de algum dos seguintes tipos de estabelecimentos: Hospital Geral, Pronto Socorro Geral, Hospital Especializado, Pronto Socorro Especializado. Existência de estabelecimento destinado ao atendimento de necessidades mais específicas do que os atendidos pelas unidades básicas de saúde.

PLANO TABULAR

QUADRO 6

Relação de indicadores/variáveis do tema “Saúde”

- Taxa de mortalidade
- Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano de idade)
- Taxa de mortalidade por causas externas
- Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer
- Taxa de internação por Doença Diarréica Aguda (DDA) em menores de 5 anos de idade
- Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos de idade
- Proporção da população cadastrada pela Estratégia da Saúde da Família
- Número de equipes do Programa Saúde da Família (PSF) por 1.000 habitantes
- Número de leitos para internações
- Percentual de leitos SUS no total de leitos para internação
- Existência de Unidade Básica de Saúde
- Existência de Hospitais

3.7. Ambiental

3.7.1. Percentual de pessoas com acesso a abastecimento de água

(Cobertura de redes de abastecimento de água)

Percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a

cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, por meio de rede geral de distribuição.

3.7.2. Percentual de pessoas com acesso a esgotamento sanitário

(Cobertura de esgotamento sanitário)

Percentual da população residente que dispõe de escoadouro de dejetos através de ligação do domicílio à rede coletora ou fossa séptica, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a cobertura populacional da disposição adequada do esgoto sanitário, através de rede coletora ou fossa séptica.

3.7.3. Percentual de pessoas com acesso a coleta de lixo

(Cobertura de coleta de lixo)

Percentual da população residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a cobertura populacional de serviços regulares de coleta domiciliar de lixo.

3.7.4. Bioma no qual se localiza o município

Bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

3.7.5. Vegetação/Uso da terra na área de sede do município

Indicador da forma como a terra está sendo ocupada pelo ser humano ou às atividades humanas ou funções econômicas associadas com uma parcela da terra. Oferece subsídios para avaliação de potencialidades do município ligadas ao ambiente.

3.7.6. Bacia ou região hidrográfica na qual se localiza o município

Conjunto de terras onde ocorre a captação de água para um rio principal e seus afluentes; numa bacia hidrográfica, a água brota de nascentes e escoar para pontos mais baixos, formando córregos, riachos e ribeirões que criam o rio principal. Indica de forma básica a região à qual o município está ligado por meio fluvial.

PLANO TABULAR**QUADRO 7****Relação de indicadores/variáveis do tema “Ambiental”**

- Percentual de pessoas com acesso a abastecimento de água
- Percentual de pessoas com acesso a esgotamento sanitário
- Percentual de pessoas com acesso a coleta de lixo
- Biomas dos municípios
- Uso do solo e cobertura vegetal
- Bacia hidrográfica

3.8. Estrutura Agrária**3.8.1. Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários**

Indica a importância da agricultura familiar na agropecuária da região.

3.8.2. Percentual de ocupados em estabelecimentos da agricultura familiar no total de ocupados em estabelecimentos agropecuários

Indica o nível de ocupação nos estabelecimentos familiares em relação aos demais estabelecimentos agropecuários.

PLANO TABULAR**QUADRO 8****Relação de indicadores/variáveis do tema “Estrutura Agrária”**

- Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários
- Percentual de ocupados em estabelecimentos da agricultura familiar no total de ocupados em estabelecimentos agropecuários
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas que não sabem ler e escrever
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas sem nível de instrução, mas sabem ler e escrever
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com nível de instrução em alfabetização de adultos

- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com nível de instrução em ensino fundamental incompleto (1º grau)
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com nível de instrução em ensino fundamental completo (1º grau)
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com nível de instrução em ensino médio completo ou 2º grau completo (técnico agrícola)
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com nível de instrução em ensino médio completo ou 2º grau completo (outro)
- Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com nível de instrução em cursos de ensino superior
- Percentual dos estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica ocasionalmente
- Percentual dos estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica regularmente
- Percentual dos estabelecimentos agropecuários que não recebem orientação técnica

3.9. Programas Sociais

3.9.1. Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família

Número de famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) e que recebem o benefício monetário do Programa Bolsa Família. Indicador da situação socioeconômica das pessoas e famílias.

3.9.2. Valor total pago pelo Programa Bolsa Família

Corresponde à soma de recursos destinados aos municípios pelo Ministério da Fazenda para repasse às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Indicador de nível de dependência da economia do município a esse tipo de transferência de renda.

3.9.3. Número de cadastrados no Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Corresponde ao número de benefícios concedidos pelo BPC, constante na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em determinado município. O BPC-LOAS é um benefício monetário garantido pela constituição e pago a idosos e deficientes que vivem em famílias pobres.

PLANO TABULAR**QUADRO 9****Relação de indicadores/variáveis do tema “Programas Sociais”**

- Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
- Valor total pago pelo Programa Bolsa Família
- Número de beneficiários no BPC (total)
- Número de beneficiários no BPC (pessoas com deficiência)
- Número de beneficiários no BPC (idosos)
- Valor total pago pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) - total
- Valor total pago pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) – pessoas com deficiência
- Valor total pago pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) – idosos
- Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social
- Valor total anual dos benefícios emitidos pela Previdência Social
- Participação percentual do valor total anual dos benefícios emitidos pela Previdência Social em relação ao Produto Interno Bruto Municipal

3.10. Finanças Públicas***3.10.1. Receita orçamentária***

Disponibilidade de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a Receita Orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

3.10.2. Receita de arrecadação própria

Montante das receitas obtidas em decorrência de esforço próprio na arrecadação: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, serviços, outras receitas correntes e outras receitas de capital, menos as deduções para a formação do FUNDEB. Expressa a capacidade de tributação dos municípios.

3.10.3. Receita de transferências

Montante correspondente às receitas obtidas por meio de transferências, principalmente de outros entes da federação, podem ser privadas ou intergovernamentais, sendo os principais o FPM e uma cota-parte do ICMS.

3.10.4. Despesa orçamentária

Despesa que está incluída na lei orçamentária anual, e ainda as provenientes dos créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) abertos durante o exercício financeiro. Dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público para funcionamento dos serviços públicos, constituindo-se parte do orçamento que viabilizará a realização dos gastos públicos.

PLANO TABULAR

QUADRO 10

Relação de indicadores/variáveis do tema “Finanças Públicas”

- Receita orçamentária total
- Receita orçamentária <i>per capita</i>
- Receita de arrecadação própria total
- Receita de arrecadação própria <i>per capita</i>
- Receita de transferências total
- Receita de transferência <i>per capita</i>
- Despesa orçamentária total
- Despesa orçamentária <i>per capita</i>
- Despesas na função Educação
- Percentual de gastos no ensino fundamental
- Percentual de despesas em educação no total de despesas
- Percentual de gastos no ensino médio
- Percentual de gastos na Educação Profissional
- Percentual de gastos no ensino superior
- Percentual de gastos na educação infantil

- Percentual de gastos na educação de jovens e adultos
- Percentual de gastos na educação especial
- Percentual de gastos em outras subfunções da função Educação
- Valor total do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
- Proporção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)
- Proporção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em relação à receita orçamentária total
- Valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) <i>per capita</i>

4. Forma de obtenção dos dados

Há dois tipos principais de dados públicos. Um deles, o que permite maior manuseio estatístico, é o denominado de microdados, representado como o menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, codificados numericamente com as informações contidas no instrumento de coleta (questionário), preservando-se sempre o sigilo estatístico com vistas à sua não individualização. Os microdados estão, a rigor, disponíveis para aquisição nos *sites* das instituições produtoras, sendo acompanhados de extensa documentação contendo descrição de conceitos e metodologias utilizados. Esse tipo de dado permite a elaboração de tabulações especiais, ou seja, produzidas na medida estatística da necessidade dos gestores e atores públicos locais, traduzindo-se em reagrupamento de categorias de variáveis, seleções geográficas delimitadas, medidas sintéticas de posição e de distribuição de um rol de dados, produção de indicadores a partir de cruzamentos específicos etc., obviamente respeitando as limitações originais da pesquisa. O outro tipo de dado é aquele disponibilizado por meio de tabulações, documentos ou registros previamente elaborados pelas fontes produtoras. Essa forma reduz sobremaneira os graus de liberdade de uso dessas informações, pois a instituição responsável divulga apenas estatísticas padronizadas, não sendo possível avançar em outros processamentos estatísticos específicos desejados pelo usuário. Na elaboração do Banco de Dados Municipais e Territoriais fez-se intenso uso de microdados, destacando-se os do Censo Demográfico do IBGE e os do Censo da Educação Básica do Inep.

Os dados, obtidos por meio de tabulações, documentos ou registros previamente elaborados, foram acessados diretamente nos *sites* eletrônicos das instituições responsáveis, ou recebidos por meio de solicitação formalizada em mensagem eletrônica interinstitucional.

5. Ferramenta estatística utilizada e consistência das informações

Para o tratamento estatístico dos dados disponíveis que estão disponíveis apenas na forma de microdados utilizou-se o programa estatístico SPSS® (*Statistical Package for Social Sciences*) com capacidade de leitura de grandes bancos de dados. Constituídos, os bancos de dados foram revisados por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de analisar a consistência das informações, principalmente quando os dados são obtidos por amostragem, considerando as características intrínsecas de cada variável.

Para os dados obtidos por meio de tabulações, documentos ou registros previamente elaborados utilizou-se o programa de planilhas eletrônicas Excel® para preparar a formatação devida. As estatísticas consultadas passaram por ampla revisão crítica e quando da existência de possíveis inconsistências procedeu-se em encaminhar solução das dúvidas pertinentes aos órgãos oficiais de estatísticas responsáveis pelas bases de dados consultadas.

O Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais incorpora as informações estatísticas mais recentemente publicadas e contempla a nova configuração dos Territórios de Identidade de acordo com as resoluções do CEDETER² n.º 5 e 6 de 19 de maio de 2011, que alteram a configuração dada pelo Decreto n.º 12.354 de 25 de agosto de 2010. O programa de planilhas eletrônicas Excel® foi utilizado para finalizar Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais.

² Conselho estadual, instituído pelo decreto n.º 12.354/10, que se constitui em um fórum permanente de caráter consultivo e composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, que tem como finalidade subsidiar o planejamento e as ações do governo nos Territórios de Identidade.

6. Elaboração de fichas de qualificação dos indicadores e cadastro de variáveis e fontes

Para cada indicador selecionado para compor o banco de dados foi elaborado uma ficha de qualificação e cadastro de variáveis e fontes. A ficha de qualificação do indicador é uma documentação auxiliar que tem por objetivo orientar o usuário na consulta às informações, apresentando conceitos adotados, explicações sobre interpretação do indicador, usos e limitações etc.

O cadastro de variáveis fontes é um metadado/metainformação, ou seja, dados que informam sobre outros dados, podendo ser importado para um sistema de busca eletrônica das estatísticas selecionadas. Para a definição dos itens do cadastro de variáveis e fontes utilizou-se a classificação adotada pelo DIEESE na construção do Sistema de Consulta de Séries Históricas dos Anuários estatísticos, Anuário dos Trabalhadores e Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, ambos em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e do Anuário do Trabalho nas Micro e Pequenas Empresas, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. O cadastro contém a descrição de título (nome), fonte e subfonte produtoras, abrangência geográfica, medida de valor etc. A seguir são apresentados modelos de ficha de qualificação e cadastro disponíveis no Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais.

Modelo de ficha de qualificação do indicador “População total”

População total

-Conceituação

Número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

-Interpretação

Expressa a magnitude do contingente demográfico e sua distribuição relativa.

-Usos

- Prover o denominador para cálculo de taxas de base populacional.
- Dimensionar a população-alvo de ações e serviços.
- Analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades.

- Contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.
- Orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, no financiamento de serviços em base per capita.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social.

-Limitações

- Eventuais falhas de cobertura na coleta direta de dados demográficos.
- Imprecisões na declaração por parte dos entrevistados nos levantamentos estatísticos.

-Fonte

- IBGE: Censo Demográfico.

-Periodicidade

- Previsto para ser realizado a cada 10 anos. Os últimos censos foram realizados em 1980, 1991, 2000 e 2010.

-Método de Cálculo

- Utilização direta da base de dados, expressando-se os resultados em números absolutos e relativos. As populações adotadas são das datas de referência de cada censo.

-Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal, municípios.
- Faixa etária.
- Sexo.

Modelo de cadastro de variável e fonte

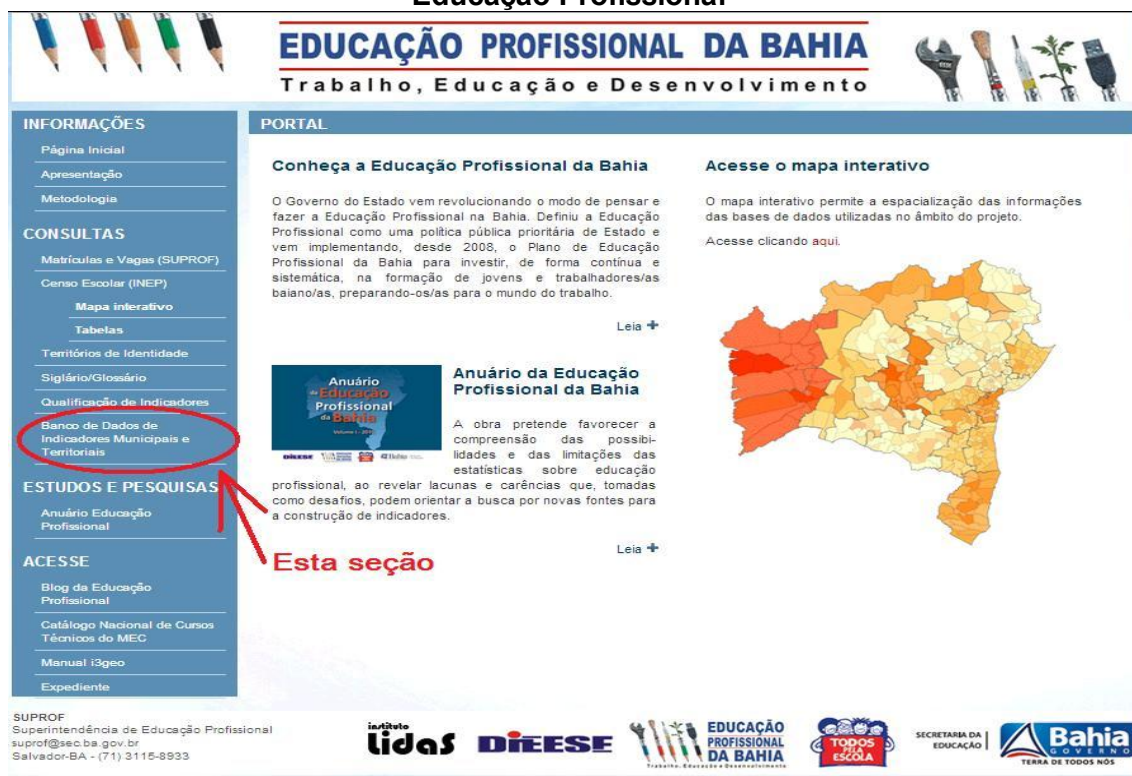
nome simplificado	População total (2010)
nome completo	População total residente
fonte	IBGE
subfonte	Censo Demográfico
tema	Demográficos
grande grupo	População
localização	Tabulações especiais com base nos Microdados da Pesquisa
período de referência	2010
abrangência geográfica	Territórios de Identidade e Municípios da Bahia
medida de valor	Habitantes
números decimais	
nota de referência	
observação	

7. Forma de apresentação do banco de dados

O Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais, importado para *website*, pode ser acessado no seguinte endereço: <http://geo.dieese.org.br/suprof/bancodados.php>

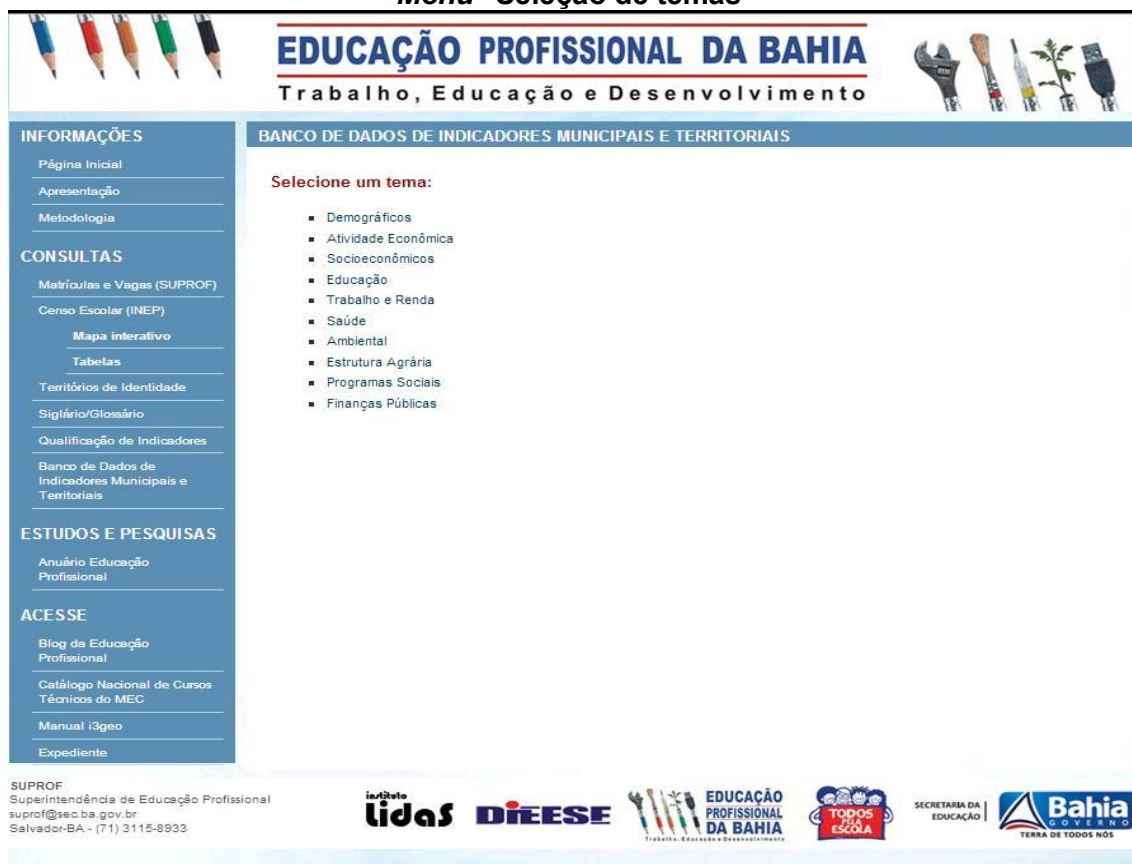
A Figura 1 mostra o painel “consultas”, localizado à esquerda da tela e destacado em azul, denominado “Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais”, é possível buscar informações dos indicadores de todos os temas.

FIGURA 1
Localização do Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais no Menu Principal do site “Georreferenciamento de Equipamentos Estaduais de Educação Profissional”



Na tela apresentada na Figura 2, o usuário poderá realizar consulta dos indicadores/variáveis por tema, bastando para isso selecionar um deles, e obterá, assim, informações relacionadas ao território de seu interesse, assim como dados dos municípios que o compõem.

FIGURA 2
Menu “Seleção de temas”



Ao selecionar um dos temas, o usuário pode fazer *download* dos dados, que será exportado em arquivos de extensão XLS (planilha eletrônica Excel[®]) facilitando assim o manuseio dos dados e permitindo cálculos estatísticos. Com o objetivo de auxiliar na compreensão dos indicadores disponíveis no Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais, é possível consultar as fichas de qualificação dos indicadores, obtendo documentação sobre conceitos, interpretação do indicador, usos e limitações. Finalmente, o usuário pode fazer *download* do cadastro de variáveis e fontes, obtendo os metadados das informações publicadas.

FIGURA 3

Tema selecionado, indicadores/variáveis, links para “Download dos Dados”,
fichas de “Qualificação de Indicadores” e “Cadastro de Variáveis e Fontes”



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA
Trabalho, Educação e Desenvolvimento

BANCO DE DADOS DE INDICADORES MUNICIPAIS E TERRITORIAIS

Demográficos

Download dos Dados Qualificação dos Indicadores Cadastro de Variáveis e Fontes

Nome do Município	Território de Identidade	População total (2000)	População total (2010)
América Dourada	01 IRECÊ	15.959	15.961
Barra do Mendes	01 IRECÊ	13.610	13.987
Barro Alto	01 IRECÊ	12.098	13.612
Cafarnaum	01 IRECÊ	16.059	17.209
Canarana	01 IRECÊ	21.665	24.067
Central	01 IRECÊ	16.792	17.013
Gentio do Ouro	01 IRECÊ	10.173	10.622
Ibipeba	01 IRECÊ	15.362	17.008
Ibititá	01 IRECÊ	17.905	17.840
Ipupiara	01 IRECÊ	8.541	9.285
Irecê	01 IRECÊ	57.436	66.181
Itaguaçu da Bahia	01 IRECÊ	11.309	13.209
João Dourado	01 IRECÊ	18.967	22.549
Jussara	01 IRECÊ	15.339	15.052
Lapão	01 IRECÊ	24.727	25.646
Mulungu do Morro	01 IRECÊ	15.119	12.249
Presidente Dutra	01 IRECÊ	13.730	13.750
São Gabriel	01 IRECÊ	18.687	18.427
Uibaí	01 IRECÊ	13.614	13.625
Xique-Xique	01 IRECÊ	44.718	45.536
Total do Território		381.810	402.828
Barra	02 VELHO CHICO	44.203	49.325
Rm. Jesus da Lapa	02 VELHO CHICO	54.421	63.480

SUPROF
Superintendência de Educação Profissional
suprof@sec.ba.gov.br
Salvador-BA - (71) 3115-8933

instituto **lidas** **DIEESE** **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA** **TOODS DA ESCOLA** SECRETARIA DA EDUCAÇÃO **Bahia GOVERNO** TERRA DE TODOS NÓS

III. Considerações finais

Uma das principais limitações na constituição de um Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais é a escassez de informações estatísticas por município. Por um lado, isso ocorre devido às dimensões continentais do Brasil e o elevado custo de levantamentos censitários e, por outro, ao fato da disponibilização e uso crescente de registros administrativos municipais como fonte de informações para caracterização socioeconômica regional/municipal ter ocorrido mais recentemente.

Na constituição do Banco de Dados Municipais e Territoriais do Projeto “*Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia*” o problema da escassez de dados municipais foi parcialmente contornado com a disponibilização dos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, que é a principal fonte de indicadores socioeconômicos do país, e com desagregação ao nível municipal. Além disso, a experiência do DIEESE no processamento dos microdados do Censo da Educação Básica do Inep e da Relação Anual de Informações Sociais do MTE propiciou a ampliação das estatísticas por município no Banco de Dados.

A defasagem temporal entre a coleta e a divulgação dos indicadores representa uma limitação. Evidentemente, alguns indicadores não sofrem mudanças no curto prazo, ou conjunturais, e por isso não prejudica de forma substancial a elaboração de diagnósticos. Entretanto, a dinâmica da política pública exige muitas vezes informações atualizadas quase em tempo real para o seu monitoramento, o que ainda não é totalmente possível com as pesquisas disponíveis.

O Banco de Dados de Indicadores Municipais e Territoriais, que apresenta mais 230 indicadores/variáveis para o conjunto dos 417 municípios baianos e Territórios de Identidade, constitui-se, aliado aos demais dados georreferenciados no âmbito deste Projeto, uma das principais fontes de consulta pública com indicadores/variáveis municipais e territoriais do estado da Bahia reunidos numa mesma ferramenta.